

**“MUDANÇAS SOCIETAIS, TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS.
UM DIÁLOGO EM CONSTRUÇÃO”
E depois? O texto do desassossego.**

“Necessitamos de espaços de reflexão com pessoas que atuam e provocam ondas de choque”

(Mesa A 4)

Da capo	1
1. Largo... Desafios de liderança e desenvolvimento	2
2. Vivace... Histórias de aprendizagem e compromisso	3
3. Allegro ma non troppo... Histórias de transformações políticas e governança	4
4. Andante moderato... Desafios para o compromisso, as políticas e a governança	5
Molto vivace... Acerca da inteligência artificial	6
Larghissimo... Sociedade do Conhecimento e Pluralismo	6
Crescendo... Assuntos que ficaram da ágora	7
Ideias	7
Desafios	7
Reflexões	7
Coda Da Capo... Comunidades e compromissos	8

Palavra forte: *participação*

Conceitos associados: *interdependência, cooperação, governança*

Devolução: O texto que segue devolve momentos de discussão entre todos, registados nos dias 12 e 13 de maio de 2019. Ele acompanha o registo pessoal que cada um dos participantes fez para si, enriquecido pelo registo visual que Daniel Perdigão deixou para todos (fotografias dos painéis estão disponíveis).

Desafio: constituirmo-nos em algumas comunidades de aprendizagem para (*continuar a*) concretizar aspetos do aspirado, na prática educativa (*sensus lato*) dos envolvidos.

DA CAPO¹

(inspirado pela introdução de Rui Marques)

Para enfrentar as incertezas e os medos provocados em nós pelas mudanças sociais, as pontes, das quais a construção em muitos casos ainda se está a iniciar, situam-se também e sobretudo na educação.

Em toda a reflexão que se segue, sugere-se pensar na educação como suporte da aprendizagem, fortalecendo a interdependência, a esperança, a lucidez, tornando a manipulação por terceiros menos fácil.

Recusar o medo é o grande desafio. O medo do novo, do outro, da quebra de rotina, ..., é a nossa principal percepção de ameaça. Está associado à complexidade e à imprevisibilidade.

A complexidade obriga (ou deveria obrigar) cada um a cuidar do outro para não cair na desumanização. A imprevisibilidade advém dos ciclos curtos e solicita capacidade de análise reforçada por parte de todos.

Organizámos a discussão acerca dos desafios educacionais em torno de quatro grupos de incertezas: as políticas, as económicas, as sociais e culturais e as tecnológicas, da ciência e ambientais. Pudemos assim criar uma rede de diálogo encadeado durante os dois dias de trabalho.

1. LARGO... DESAFIOS DE LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO

(inspirado por Nuno Furtado e António Guterres)

O desafio educacional que aqui se coloca tem a ver sobretudo com a clarividência de que para as questões de desenvolvimento sustentável, a liderança, que se quer educativa e democrática, se reveste de características como o de ser exemplo e de procurar ser integrada e não ser de natureza transmissiva. Em simultâneo, as atitudes que promovem o envolvimento, as parcerias, a flexibilidade são absolutamente necessárias. No âmbito escolar significa ensino dinâmico e participado.

Pensamos que é útil clarificar como entendemos estes conceitos e como eles se refletem na prática de cada um dos participantes, já que os conceitos são definidos de modos diferentes e, entre o definir e o praticar, mesmo pela mesma pessoa, existem muitas divergências.

Algumas das pistas de trabalho (identificar práticas equivalentes às que nos foram relatados, p.e.) poderão ir no sentido de perceber como conseguimos fazer evoluir a formação de agentes educativos de *docente divulgador de saber para guia de relação com e construção de conhecimento*.

Que passos iniciamos ou consolidamos para desencadear e desenvolver projetos de trabalho coerentes e consistentes com a comunidade? Que passos iniciamos para desenvolver a complementaridade entre o formal e o não formal?

Temos uma visão de liderança que se assume como uma atitude de escuta empática. A escuta ativa, tanto por parte de quem lidera como de quem é guiado, implica ter que escolher líderes dispostos a discutir e a mudar modos de relacionamento educativo. Para quem lidera, é mais fácil este modos de relacionamento quando se encontra alguém com quem refletir mutuamente a sua ação e posição: *"líder procura líderes"*.

Quem lidera incita o ato de repensar, aos outros e a si próprio, para melhor diferenciar as abordagens educacionais da aprendizagem das pessoas nos espaços-tempo onde ela acontece. Um destes espaços-tempo é certamente a escola. É dos mais importantes, por ser o lugar onde pode ser estabelecida a relação entre o vivido e o concetualizado, ainda que muitas vezes isto não aconteça, por inércia da liderança (da turma, do departamento, da escola, do agrupamento, ...). Inclui-se nesta discussão o papel dos manuais escolares: em que medida é que, na sua forma ou no modo em que são utilizados, mantêm quem os usa

¹ É um termo musical da língua italiana que significa do início, habitualmente abreviado: D.C.

refém do passado. Em que medida os manuais proporcionam, a quem os consulta, os alicerces para construir o futuro?

Que passos é que damos coletivamente para responder aos desafios de liderança e desenvolvimento?

2. VIVACE... HISTÓRIAS DE APRENDIZAGEM E COMPROMISSO

(inspirado por Alexandra Barreto, Elisa Marques e Teresa Sousa)

Nesta segunda volta de mesa, *participação* é palavra chave. Mas participação é polissémico. Na escola, o apelo à participação ainda é frequentemente entendido, embora regularmente de forma implícita, como um apelo à obediência a regras impostas. Aos cidadãos também não é claro qual é a real expectativa coletiva ou do poder instituído, quando se fala de participação.

Na discussão, o conceito de participação retoma as ideias de interdependência, lucidez, e não-manipulação, lançadas no *Da Capo*, Não faltam exemplos de concretização do mesmo:

- Partilha-se a possibilidade de trabalhar a partir da problematização feita por crianças e jovens dentro e fora da escola. “*Só o facto de nos ouvir e querer falar connosco já nos faz sentir valorizados*”, foi uma das observações numa das mesas. Este princípio de “*falar com*” é passível de ser alargado a mais turmas e agrupamentos. Como nos organizamos para o fazer?
- Entende-se a participação como um ato de trabalhar com redes de apoio. Algumas estão em construção mas podem certamente ser reforçadas e tornar-se mais ativas;
- A aprendizagem surge de processos de trabalho (quais), eventualmente acompanhados por um professor de referência;
- A participação é também dos professores, mas com os estudantes. Ou seja, quando falamos de participar no sentido de ser agente, ou co-agente, em primeiro lugar falamos de adultos e jovens que desenvolvem em conjunto processos de aprendizagem, e, no caso da escola, processos de desenvolvimento curricular. Para assegurar a cooperação, ou, simplesmente, o comprometimento e envolvimento dos aprendentes, adultos e jovens, nas suas diferentes funções, podem-se correr alguns riscos mas não há que ter medo, respeitando a relação e a interação entre todos.

Uns têm à sua frente continuar, outros iniciar a tarefa de interação com a instituição Escola, no sentido de garantir que ela seja um lugar para aprender, para se relacionar e para viver em sociedade. Isto leva a uma outra e também muito difícil tarefa, de fazer surgir uma ideia de cidadania que toma ou retoma como baluartes a confiança, a cooperação e uma visão do individual para o coletivo. Esta ideia de cidadania implica a coragem cívica incondicional para encarar os problemas ambientais de frente, como nos foi repetidamente mostrado por crianças e jovens no último ano e meio, um pouco em todo lado no planeta. Não só na escola mas em qualquer espaço social, o processo de aprendizagem requer comprometimento *de e com* lideranças inspiradoras.

Significa isso que deveremos trabalhar para que na escola os que ainda são *docentes instrutores* se mudem para serem *docentes guia*. São estes os docentes que potenciam a integração curricular, o trabalho entre disciplinas, e atuam com essa intencionalidade. Acima de tudo, estes docentes reconhecem e valorizam o potencial de cada criança ou jovem.

Existe a consciência entre as pessoas que participaram no simpósio que definir o *docente guia* obriga a uma clara concetualização do trabalho educativo. O que significa “*trabalhar com toda a turma*”? O que significa o que foi identificado como “*educação responsiva*”, “*diversidade de ambientes educativos*”, “*estar obrigado*”

à *flexibilidade*”? O que quer dizer no concreto da ação educativa intencional “*valorizar a diversidade*”? Conseguimos apresentar e discutir o que foi referido como sendo “*aprendizagem contextualizada*”?

Por fim, é necessário que sejamos muito claros, no que diz respeito à criação de compromissos. Esses compromissos são multidirecionais entre todos os participantes nos projetos de aprendizagem individuais e coletivos. Quando estão bem e corretamente informados, os estudantes e os escolares adquirem poder. A partir daí é preciso definir claramente os papéis de cada um, no desenho e na execução desses projetos e do desenvolvimento curricular a eles associados, sempre que for o caso. Se não o fizer, corre-se o risco de defraudar os jovens, o que parece ter que ser evitado a todo custo.

3. ALLEGRO MA NON TROPPO... HISTÓRIAS DE TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E GOVERNANÇA

(inspirado por Sandra Monteiro, César Correia, Iris Ferreira, João Vieira, Pietra Costa)

Na escola, valorizam-se frequentemente os papéis ou as funções e não as pessoas. Mas é importante ver, atrás de papéis e funções, crianças e adultos e, entre eles, o modo de relacionamento. Aqui, o idioma tem uma grande importância, quanto à possibilidade de desenvolver uma participação efetiva em termos de governo da escola.

O que significa, para os diferentes participantes no processo, o conceito de projeto educativo feito por todos?

O que significa, no concreto das salas de aula, o respeito por diferentes formas de aprender? Em que medida se consegue fazer com que na escola se abracem os projetos de trabalho de vários grupos de pessoas?

Como é que o governo partilhado e participado é entendido pelas diferentes pessoas? Concetualizar o governo partilhado implica conversar entre pessoas mais do que entre categorias de pessoas.

Confrontamo-nos com formas de participação pontual, com impacto residual e confinado a um determinado espaço-tempo e um determinado grupo de pessoas.

A participação continuada precisa de uma hierarquia que a promove?

É necessário ou desejável recorrer a diferentes modos de utilização do poder?

Como gerir a informação; o que é crítico na falta de informação?

Como é que línguas e linguagens e o seu uso se afastam? Quando é que este afastamento provoca o corte com a comunicação que garante o funcionamento da co-gestão ou da gestão em comum? Ser bom exemplo como adulto é importante, mas chega?

Podemos afirmar que mudar de paradigma educacional exige estabilidade. A sustentabilidade para a mudança pretendida exige-a. Não basta o líder ou o professor âncora. Não se pretende uma mudança qualquer e a todo custo.

Consideramos que a mudança deverá tornar possível trabalhar a partir de experiências de vida, consolidadas pela concetualização provocada no espaço-tempo propício para o efeito: o local onde o acesso guiado ao conhecimento está (ou deveria estar) garantido, não como um conjunto de factos desconexos ou seriados, mas numa lógica em que os envolvidos nos processos de aprendizagem também estejam envolvidos na organização da disponibilização da informação.

O docentes também precisam de se reconhecer o estatuto de “*auctor*”, palavra em latim que dá origem aos conceitos de *autoria* e de *autoridade*.

Os estudantes e escolares agonizados precisam de espaço para desenvolver ideias novas a partir do diagnóstico que fazem, de forma intuitiva ou discutida. O docentes precisam provavelmente do mesmo.

A instituição escola, construída por todos os que nela têm poder, não muda facilmente. Talvez proteja de excessos, mas não favorece a cooperação subjacente a qualquer projeto pluralista que se queira desenvolver.

Existem incoerências que precisam de reflexão. A avaliação normativa e sumativa que continua a ser amplamente utilizada em contexto escolar trava os círculos de cooperação, sobretudo porque torna incoerente o modo de funcionar, no qual a relação entre as pessoas oscila entre fiscal - fiscalizado e a de cooperantes com papéis diferenciados.

Aqui, a descrição de modos de fazer será certamente uma mais-valia.

4. ANDANTE MODERATO... DESAFIOS PARA O COMPROMISSO, AS POLÍTICAS E A GOVERNANÇA

(Inspirado por Pedro Calado e Fábio Sousa)

Entre os modos de fazer acontecer a aprendizagem, existem algumas propostas que vale a pena considerar e de que se sugere registar o que já se faz. Estes modos de fazer incluem:

- A existência ou a criação de redes em que todos são aprendentes;
- As aprendizagens terem sentido e significado para quem estiver envolvido;
- A co-construção da mudança que passa pela educação e pela escola como espaço-tempo onde se encara a razão e o sentimento como elementos essenciais;
- Uma consciência coletiva informada, baseada no cruzamento da informação disponível associada a uma análise coletiva;
- O aumento da literacia digital entre todos os envolvidos e a utilização da tecnologia no sentido de implementar os contactos entre as pessoas;
- O reforço da empatia e do envolvimento com o outro. A apropriação da participação cidadã a partir do interesse do outro que por isso também se torna o interesse do próprio
- O cultivo de lideranças inspiradoras e ousadas.

Quando nos cai a ilusão do fácil, rápido e imediato, se e quando nos reencontramos como seres humanos, entendemos que a sustentabilidade de políticas de compromisso em relação ao governo coletivo das coisas das mulheres e dos homens é também a sustentabilidade do próprio projeto humano de educação mútua.

O ato de educar, de se-educar e de se-educar mutuamente é um ato de desejo que precisa de tempo, da partilha do poder e do respeito mútuo. Atualmente, o ato é reforçado pelo acesso facilitado à tecnologia, que para a geração anterior é sempre nova, para a geração que a vive é sempre atual e que a geração vindoura poderá considerar obsoleta. Por isso mesmo, o ato de educar precisa de equilíbrios estruturais e ambientais, às vezes difíceis de estabelecer em conjunto.

A importância dada à ação pedagógica de docentes é no sentido de os ver como facilitadores de acesso ao conhecimento. Para o fazer, eles próprios precisam de se mostrar com grande pré-disposição e vontade para a cooperação e a partilha. No quadro desta ambição, mudar os modos de organização e de avaliação é só uma nota menor de rodapé. Contudo, temos consciência que só esta nota de rodapé representa um esforço hercúleo quando queremos abordar os modos de fazer. Mostra a complexidade de trabalhar sobre a ação pedagógica como um todo.

Para toda a ação pedagógica desejada se tornar sustentável, as políticas educativas, que favorecem a criação e reformulação de estruturas têm de considerar os modos de avaliação e a formação inicial de docentes.

Por um lado precisa de se caminhar para uma radical separação entre a avaliação e qualquer ideia de classificação, até a extinção da segunda, no âmbito do ensino obrigatório. Por outro, é preciso fazer a das competências que o docente profissional precisa de adquirir, procurando-se uma formação inicial para a profissão mais do que uma formação disciplinar. Existem exemplos de educação de educadores que não se baseiam em *debitar* ou *dar* matéria. O trabalho do educador que guia os jovens na apropriação do conhecimento para se tornar cidadão no sentido mais amplo da palavra revela sustentabilidade social. Por isso mesmo queremos desassossegurar docentes, implicá-los numa participação multi-facetada, através da qual adultos apoiem crianças e jovens para a governação conjunta dos espaços de aprendizagem. Aprender a governar em conjunto implica a concetualização de ferramentas de gestão e monitorização conjunta. Na especificidade da organização escolar, testemunhamos a proposta de uma escola aberta a múltiplas parcerias culturais e comunicativas mais do que a parcerias económicas e hierarquizantes. De modo mais geral, consideramos necessário apoiar e desenvolver o índice da FIB — Felicidade Interna Bruta — e colocá-la na agenda política.

MOLTO VIVACE... ACERCA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

(Inspirado por Pedro Varela)

Não avançamos se cultivarmos o medo pela máquina. Contudo, como asseguramos a programação humana das máquinas, sobretudo no que diz respeito a valores e à conduta ética? Como evitar uma programação rumo à estupidez artificial?

Não é só uma questão de máquinas, mas também de agregação da informação para inferirmos o futuro. A recolha de grandes quantidades de informação permite a análise de situações em curtos espaços de tempo, o que de certa forma nos dá uma definição de inteligência artificial. Mas a análise corresponde a uma correta interpretação?

Será que a execução é com as máquinas mas o decidir é com as pessoas?

Será que a decisão também pode ser da máquina ou do algoritmo? Será que profissões de risco serão substituídas por máquinas?

E se as máquinas fizerem tudo, como é que as pessoas ganham dinheiro? Isto é uma pergunta muito complexa, e não foi feita por uma máquina. Foi feita por uma das mais novas participantes no simpósio. Não foi respondida. Será que temos que voltar a analisar as ideias de Bregman² acerca dos rendimentos base, organizando a sociedade de tal forma que todos tenham um rendimento base vitalício?

LARGHISSIMO... SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E PLURALISMO

(Inspirado por Paulo Mendes Pinto e Frederico Mota)

O pluralismo e o desenvolvimento de uma conduta pluralista passa certamente pela promoção de mais debate e menos conferência. Mas o que é um debate? Com que valores desenvolvemos o diálogo, para não cair no falso debate ao qual a televisão nos habituou?

É difícil entrar no debate e no diálogo pois somos uma sociedade radicalizada, uma sociedade de mal entendidos. Para corresponder aos desafios que se coloquem, é preciso um debate aberto e para o conseguir, existe uma responsabilidade pública e política que nem sempre é assumida.

Como é que o conhecimento nos permite chegar à ética de uma forma integrada? O conhecimento constrói-se sobre a realidade, factos e experiências. Mas a realidade é algo de muito difícil de captar. A sua descrição, bem como a experiência que temos dela, depende da perspetiva com a qual a vemos. Só em

² Bregman, Rutger (2018), *Utópia para Realistas*. Rio de Janeiro: Sextante

termos filosóficos abre-se todo um campo de debate, que muitos autores abordam, entre eles Aslan³ com a sua reflexão no livro *Deus, uma biografia*. Quando conhecemos os limites ideológicos de nós próprios e dos outros, torna-se mais fácil o diálogo; torna-se mais fácil abordar o outro e estabelecer patamares de entendimento.

Será que em termos de educação escolar, teremos que voltar a uma espécie de *mens sana corporo sano*? Será que diminuindo o número de disciplinas, ou agrupando-as de modo mais integrado, conseguimos uma ética abrangente, sustentada pelas disciplinas de ciência rigorosa (onde o conhecimento não depende da opinião), filosofia e literatura (que obriga a pensar) e o desporto?

De qualquer forma, precisamos de tempos e espaços para debater o conhecimento. A escola deve ser uma das instituições que providencia estes tempos e espaços. Aqui é preciso esclarecer o que é uma estratégia de educação para a cidadania.

CRESCENDO... ASSUNTOS QUE FICARAM DA ÁGORA

IDEIAS

- Será a educação para a cidadania a disciplina que realmente trabalha a cidadania? Há ou não ainda muito para fazer, como gerir?
- Espaços de aprendizagem / comunidade de aprendizagem c/ escola comunidade (sabendo que a comunidade não é a escola só)
- Como criar / desenvolver / potenciar estruturas de participação mais / ou / menos formais?
- Como motivar e inspirar professores? Como trazer para a reflexão os “não convertidos”?

DESAFIOS

- Uma escola sem muros onde há espaço para a família potenciar a escola, salvaguardando o direito da criança-estudante de ter a privacidade necessária com os adultos sem haver conversas entre adultos sobre elas.
- criar um sistema educativo que flui e floresce (tendo o respetivo cuidado com os sistemas).
- educar para o encontro com a força e a beleza da humanidade, o futuro e o futuro das profissões.
- Como levar os pais a ter consciência do seu papel na escola? (como a escola a ter consciência do papel dos pais sem serem os escravos de serviço)
- Porque é que as pessoas de outras culturas não têm a possibilidade de praticar os seus costumes como os nacionais? Ex. Nós temos as férias da Páscoa e eles não têm as férias do Ramadão (trabalhar sobre a ideia de um calendário escolar em função do currículo e não em função da tradição religiosa....)
- Como fazer para que os outros percebam que também têm voz (pensar na questão da vergonha e da insegurança que a escola introduz nas crianças)?

REFLEXÕES

- Saber escutar é também respeitar o outro
- Educar em compromisso e com valores
- É essencial ter uma disciplina que nos ensina as coisas básicas do dia-a-dia (ex. IRS) (conversa entre estudantes e escolares).
- É essencial dar abertura a ideias novas e fugir à regra. (Ou é preciso analisar as regras e propor outras?)

³ Aslan, Rez (2018). *Deus. Uma biografia*. Lisboa: Quetzal.

- Quando a inteligência artificial incorporar a ética, a ética transformar-se-á em moral. Roubar-nos-ão o prazer e a urgência enriquecedora da flutuante reflexão sobre as coisas boas e as coisas más de que somos feitos para podermos continuar a humanidade (Sérgio Niza)

CODA DA CAPO... COMUNIDADES E COMPROMISSOS

Pensamos que qualquer um dos assuntos abordados na *Ágora* poderá ser objeto de trabalho de uma comunidade de aprendizagem. Neste caso, o registo das discussões nas diferentes mesas redondas poderá ser um apoio para melhor definir como se olha para o assunto.

Sugerimos que uma outra forma de definir o objeto de trabalho para uma comunidade poderá ser colocar em articulação o registo de uma discussão com outra ou ainda articular uma das discussões com as ideias que ficaram da discussão associada à inteligência artificial ou da conversa acerca da sociedade do conhecimento e o pluralismo.

Foram abordados durante o simpósio as preocupações de Umberto Eco⁴ relativo ao fascismo primitivo. Certamente, elas terão que ser tomadas em conta. Podemos talvez introduzir aqui uma pequena provocação depois do simpósio e que pode também alimentar uma ou outra comunidade de aprendizagem. Lamberto Maffei⁵ (2019: 70) escreve:

“Só a escola que acolhe os jovens desde a mais tenra idade, pode formar o modo de pensar e de agir. É sua tarefa e deve inserir na sociedade cidadãos críticos, e não súbditos ou ingénuos. Só a escola pode ensinar que falar, discutir, abrir-se ao debate de ideias, revoltar-se pacificamente deve ser fruto da razão e não apenas da zanga.

Existe a dúvida de que a incúria em que a escola é deixada, o desinteresse dos governos, não é casual, mas programada, porque uma boa escola pode meter medo a quem tem privilégios injustos que não quer perder. Súbditos mudos, não educados para a palavra e para o pensamento, são cidadãos funcionais para uma democracia de fachada.”

Com o presente texto convidamos todos que estiveram presentes no simpósio a constituir grupos de trabalho, com vista a caminharmos no sentido de comunidades de aprendizagem. A equipa de Educação da Fundação Aga Khan Portugal está disponível para apoiar ou integrar as comunidades que se formarem.

Lisboa, 7 de Junho de 2019.

⁴ Eco, Umberto (2017). *Como Reconhecer o Fascismo, seguido de Da diferença entre migrações e emigrações*. Lisboa: Relógio d'Água

⁵ Maffei, Lamberto (2019). *Elogio da Palavra*. Lisboa: Edições 70